

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Confiança e respaldo

Manifestos à parte, tudo o que o presidente Edson Fachin fizer hoje terá que ter o apoio da sociedade como um todo. A avaliação, inclusive no governo, é a de que não há como deixar o presidente do Supremo Tribunal Federal isolado em meio a essa crise.

Toma que o filho é teu

Os petistas estão roucos de tanto afirmar que Alexandre de Moraes foi indicado ao STF por Michel Temer e que Daniel Vercaro montou toda a estrutura de fortalecimento do banco Master durante a gestão de Roberto Campos Neto no Banco Central. Quem barrou tudo depois foi Gabriel Galípolo, o presidente indicado por Lula.



Tivemos a CPI do Collor, no Poder Executivo; a CPI dos Anões do Orçamento, uma crise no Legislativo. Mas nunca vimos uma crise dessa proporção no Poder Judiciário. O Judiciário tem que se reformar"

Do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que já foi ministro, deputado e senador

Ganha no discurso

Os bolsonaristas partem da premissa que Flávio Bolsonaro ainda pode ganhar muitos votos por causa do desgaste do ministro Alexandre de Moraes. Afinal, o integrante do STF sempre foi um inimigo declarado da família Bolsonaro. Nesse sentido, a leitura é que se Moraes for afastado, é possível usar essa narrativa no horário eleitoral. Seria um jeito de evitar perdas devido à revelação de que Flávio é investigado por ao menos três crimes por causa do financiamento do filme *Dark Horse*.

Todos armados

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, quer chegar ao final desta terça-feira com alguma explicação a dar à sociedade. Nem que seja, no mínimo, Alexandre de Moraes investigado pelo STF. Entre os cenários traçados por ele, segundo pessoas próximas, está determinar a abertura dessa investigação sobre Moraes de forma monocrática e, em seguida, pedir ao colegiado que defina se o ministro Alexandre de Moraes deve ser afastado ou pode permanecer no cargo enquanto durarem as investigações. Só tem um detalhe: essa forma não está combinada com os demais ministros, e todos querem se pronunciar sobre a abertura de processo. Muitos planejam inclusive apresentar uma série de preliminares. Afinal, o que se diz é que, se for para ministro ter que dar explicações sobre o fato de a mulher (ou filhos) advogarem no STF, outros terão que responder.



Veja bem/ A avaliação de muitos é a de que não há como colocar todos os ministros no mesmo balaio. Ainda mais depois de tudo o que já sabe em relação ao contrato entre Viviane Barci de Moraes e Daniel Vercaro. A Polícia Federal tem informações que indicam um encontro entre Daniel Vercaro e Alexandre de Moraes em 30 de dezembro de 2023, num hotel de luxo em Campos do Jordão, menos de um mês antes da assinatura do contrato entre a esposa do ministro e o então controlador do Master. Nos bastidores, considera-se certa a abertura de uma investigação contra Alexandre de Moraes.

O que vem por aí

Em palestra no seminário Brasil Hoje, do think tank Esfera, a ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques, responsável pelo programa de governo de Flávio Bolsonaro na economia, ressaltou a necessidade de ajustes na reforma tributária e acenou ainda com privatizações, caso Flávio Bolsonaro vença a eleição presidencial: “Não faz sentido o Estado ter uma estatal de chip de boi (no caso, a Cetec), ou ter uma tevê estatal”, comentou. A Caixa Econômica Federal, porém, terá um lugar de destaque no futuro governo. **(Leia mais sobre o seminário no blog da Denise no site do Correio).**

CURTIDAS



Ed Alves/CB/D.A. Press

A campanha deles/ Participante do seminário Brasil Hoje, do Think tank Esfera, o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP/**foto**) foi incisivo ao cobrar da plateia de empresários e banqueiros que “um senador por São Paulo tem que ser paulista acima de tudo”. Referia-se especialmente às candidatas Simone Tebet, que nasceu em Mato Grosso do Sul, e Marina Silva, do Acre.

Hora da segurança pública/ O **Correio Braziliense** promove hoje o CB Talks sobre *Segurança para o desenvolvimento do Brasil*. O debate abordará os projetos em tramitação no Congresso Nacional que visam o combate à fraudes e infiltração do crime organizado em setores como o de combustíveis e GLP. São painelistas Lincoln Gakiya, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo (GAECO), o deputado Alberto Fraga (PL-DF), o candidato Marivaldo Pereira (PT-DF), e o presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz. O evento começa às 9h30 e pode ser acompanhado pelas plataformas do **Correio**.

Perdas & danos? Ao ser perguntada sobre quem perde mais com a crise do Supremo Tribunal Federal, o presidente Lula ou Flávio Bolsonaro, a ex-presidente da Caixa Econômica Federal não titubeou: “Quem perde mais é o Brasil”

STF no lugar de debates/ Enquanto o Supremo Tribunal Federal vive sua crise, a campanha eleitoral vai chegando ao fim sem debates entre os principais candidatos. Pior para o eleitor.

INVESTIGAÇÃO

Deputado na mira da PF

Operação Transparência investiga Cezinha de Madureira (PL-SP) e duas advogadas. Há suspeita de tráfico de influência

» ARMANDO HOLANDA
» RAFAELA BOMFIM*

A Polícia Federal deflagrou ontem a terceira fase da Operação Transparência, que investiga uma suposta estrutura de comercialização de influência em processos nos tribunais superiores. A ação cumpriu quatro mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e em São Paulo, autorizados pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). Entre os principais alvos está o deputado federal Antônio Cezar Correia Freire, conhecido como Cezinha de Madureira (PL-SP).

A investigação apura suspeitas de exploração de prestígio, tráfico de influência, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo a Polícia Federal, integrantes do grupo teriam negociado valores elevados com pessoas interessadas em processos judiciais em andamento, com pagamentos condicionados a resultados favoráveis.

A apuração começou em dezembro de 2025, a partir de suspeitas relacionadas a irregularidades na destinação de emendas parlamentares. O avanço da investigação ocorreu depois da análise do celular da advogada Mariângela Fialek, conhecida como “Tuca”, apreendido pela PF em 12 de dezembro de 2025.

As mensagens encontradas no aparelho levaram os investigadores a apurar uma possível atuação coordenada entre Mariângela, a advogada Valéria Rodrigues Linhares e Cezinha de Madureira. Segundo a PF, cada um teria desempenhado uma função diferente dentro da estrutura investigada.

Mariângela Fialek é advogada e titular da Mariangela Fialek Sociedade Individual de Advocacia. À época, ela também ocupava uma função na Câmara dos Deputados. Conforme a investigação, caberia a ela captar

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Cezinha de Madureira: mensagens sugerem conduta suspeita em relação ao ministro Nunes Marques

causas, formalizar representações e elaborar memoriais jurídicos.

Valéria Rodrigues Linhares também é advogada e titular da Valéria Rodrigues Linhares — Sociedade Individual de Advocacia. Ela é esposa de Cezinha de Madureira e, segundo a PF, estaria ligada à elaboração, revisão e assinatura de contratos de honorários e cessões de crédito.

Ao deputado Cezinha de Madureira, que não possui inscrição como advogado, os investigadores atribuem o papel de manter contatos pessoais e diretos com gabinetes de integrantes do Judiciário.

Padrão de mensagens

Um dos principais elementos analisados por Flávio Dino envolve mensagens trocadas em junho de 2025. No diálogo, Cezinha

relata que seria recebido pelo ministro Kassio Nunes Marques, do STF, para tratar de um processo.

Segundo a decisão, Mariângela Fialek encaminhou informações sobre o processo ao parlamentar. Em uma das conversas, Cezinha afirmou: “Já falei ontem com Andre e Antonio Carlos sobre esse tema”.

Na sequência, o deputado informou que seria recebido por Nunes Marques às 16h. Questionado se o encontro seria com “min Kassio”, confirmou a interlocução e afirmou: “Ai vou pedir a ele”.

Em seguida, acrescentou que a conversa serviria para verificar “se de fato eu preciso pedir expressamente”.

Para Flávio Dino, as mensagens indicam, em análise preliminar, que a atuação do parlamentar teria ultrapassado o simples encaminhamento de documentos.

“As expressões ‘vou pedir a ele’, ‘eu preciso pedir expressamente’ e a identificação nominal do interlocutor (‘Ministro Kassio’) evidenciam, em juízo de cognição sumária, que o parlamentar não se limitava a encaminhar peças: comprometia-se a formular pedido pessoal e direto ao julgador”, afirmou o ministro na decisão.

Segundo Dino, o pedido seria feito em favor de partes representadas por advogadas ligadas ao parlamentar por vínculo conjugal e interesse econômico.

Para a PF, a combinação entre contratos de êxito e a alegada interlocução do parlamentar com integrantes de tribunais superiores é um dos pontos centrais da investigação.

Outro elemento considerado por Flávio Dino é a apreensão de R\$ 510 mil em espécie com Valéria



As expressões ‘vou pedir a ele’, ‘eu preciso pedir expressamente’ (...) evidenciam, em juízo de cognição sumária, que o parlamentar não se limitava a encaminhar peças: comprometia-se a formular pedido pessoal e direto ao julgador”

Trecho da decisão de Flávio Dino, ministro do STF

Rodrigues Linhares no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, em 25 de agosto de 2026. O dinheiro estava na bagagem de mão da advogada, que embarcaria para Brasília.

A defesa de Valéria afirmou que o valor correspondia a honorários advocatícios recebidos de um cliente e informou que apresentaria comprovação fiscal. Em nota, Cezinha de Madureira afirmou estar à disposição das autoridades e disse confiar na Justiça. O deputado declarou que, com acesso da defesa aos elementos da investigação e garantia do contraditório, os fatos serão esclarecidos no devido processo legal.

O **Correio** tentou contato com os escritórios das advogadas, mas não obteve retorno.

*** Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

Ministros fora do foco

Apesar de as mensagens citarem integrantes do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral, a investigação não aponta ministros ou outros magistrados como suspeitos. A Polícia Federal afirma não haver elementos que indiquem solicitação, aceitação ou recebimento de vantagens indevidas por integrantes do Judiciário.

Segundo o ministro Flávio Dino, os magistrados aparecem nas conversas como possíveis destinatários da influência que os investigados afirmariam possuir, e não como integrantes do esquema.

O fato de parlamentares e advogados serem recebidos por ministros, segundo a decisão, faz parte da atividade institucional dos integrantes das Cortes e, isoladamente, não representa irregularidade.

A apuração está concentrada na possível venda ou negociação de uma influência que os investigados alegariam possuir sobre decisões judiciais.

Embora não investigue magistrados, a Polícia Federal quer acessar o conteúdo dos aparelhos eletrônicos do deputado Cezinha de Madureira para obter as mensagens dos interlocutores.

A PF afirma que o material encontrado no telefone de Mariângela apresenta uma parte das conversas e que os dispositivos de Cezinha podem esclarecer com quem ele manteve contato, quais processos foram tratados e qual seria o significado das mensagens.

“Não se conhece o conteúdo dos contatos que o próprio representante manteve com os Ministros e com terceiros — precisamente o elo decisivo”, registra a representação acolhida por Dino.